

**Manifesto 24 de Março**

Face à mais recente campanha nacional lançada pela AEFCSH com o nome “24 de Março, É TEMPO DE SAIR À RUA!”, a presente moção pretende apresentar o seguinte Manifesto:

“O Ensino Superior português tem vindo a sofrer diversos ataques, mas actualmente também se verificam condições que visam a resolução de diversos problemas estruturais que têm vindo a ser ignorados pela tutela. Historicamente, os estudantes nunca baixaram os braços e, face às dificuldades apresentadas, estiveram sempre na linha da frente da reivindicação por um Ensino Superior público democrático e de qualidade para todos.

Este combate teve o seu ponto alto no dia 24 de Março de 1962 onde, graças à unidade de toda a comunidade estudantil, com a mobilização geral de todos os estudantes em torno de uma maior democracia no Ensino Superior, se levou a cabo diferentes tipos de acção que resultaram numa vontade de acção comum. Nesse histórico dia, que passou a ser assinalado por Dia do Estudante, os estudantes conscientes da forte repressão, mas também conscientes que a mudança dependia da sua acção, reivindicaram mais democracia nas Universidades.

Nos dias de hoje, e cientes das diferenças na realidade de 1962 e na de agora, os estudantes não estão impunes a retrocessos, antes pelo contrário. A falta de investimento no Ensino Superior leva a que as Instituições de Ensino Superior passem por dificuldades, tentam procurar autofinanciamento e colocam o peso do seu finamento nos ombros dos estudantes e das suas famílias. Propinas, taxas de matrículas, pagamentos de melhorias de exames, e tantos outros emolumentos desconhecidos são, nos dias de hoje, barreiras socioeconómicas que contribuem para vedar o acesso e frequência dos estudantes no Ensino Superior. A falta de Acção Social Escolar materializa-se na escassez de bolsas e valores extremamente diminutos para fazer face a todas as despesas que o Ensino Superior acarreta. Neste ano lectivo houve mais de 96 mil requerimentos para bolsas, revelando que os estudantes precisam, de facto, de ajuda para estudar. Para além disto, verificamos ainda falta de residências e residências degradadas, um desconto de passe escolar totalmente insuficiente e ainda o preço das refeições sociais que em nada corresponde ao seu propósito social.

No plano da democracia das faculdades, e em articulação com a falta de financiamento para as IES, o actual RJIES abre espaço a que as Universidades passem a ter o estatuto de Fundações Públicas de Direito Privado, permitindo que empresas privadas invistam nas Universidades. Supostamente, esta alteração iria colmatar a falta de financiamento público, mas a verdade é que são os estudantes que continuam a suportar as IES, ficando no ar o real interesse que essas empresas privadas têm nas Universidades. Para além da questão do investimento, esta alteração retirou espaço aos estudantes nos órgãos de gestão das faculdades. Chegou-se mesmo a substituir a participação de estudantes por Provedores de Estudantes que, não sendo eleitos por estudantes, supostamente representam-nos.

A 24 de Março de 1962, a unidade criou-se para ultrapassar as dificuldades. Em 2018 o Movimento Estudantil deve unir-se novamente. Cabe aos estudantes contrariar o rumo elitizante do Ensino Superior e cabe aos estudantes exigir que o Estado aumente o financiamento para evitar que, por falta de dinheiro, os estudantes não possam exercer os seus direitos.

Deste modo, o este Manifesto apresenta as seguintes reivindicações:

* Um maior financiamento para o Ensino Superior, de modo a eliminar a elitização socioeconómica e falta de condições materiais;
* Revogar o actual Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e o consequente Regime Fundacional;
* Exigir mais e melhor financiamento para a Acção Social Escolar directa e indirecta:
* Mais bolsas;
* Aumento do valor das bolsas e do número de estudantes abrangidos;
* Menos burocracia no processo de requerimento e atribuição de bolsas;
* Uma rede de residência que corresponda às necessidades dos estudantes;
* Melhores condições materiais nas residências já existentes;
* Preço justo e fixo para a refeição social;
* Gratuitidade da refeição social para os alunos bolseiros;
* Reposição dos 50% do passe social sub-23.”

Assim, as federações e associações académicas reunidas em sede do ENDA decidem subscrever ao presente manifesto bem como ao conjunto de elementos reivindicativos aludindo o papel do 24 de Março na construção de um Ensino mais justo e aludindo à necessidade de se exigir um Ensino Superior democrático, público e justo.

Com base no Manifesto apresentado, a presente moção visa:

1. Apelar à subscrição por parte de todas as Associações Académicas, Associações de Estudantes, Federações Académicas presentes em sede de ENDA para que ganhe ainda mais força e consiga envolver toda a comunidade estudantil em torno do carácter histórico do 24 de Março, Dia Nacional do Estudante.
2. A realização em Lisboa, num percurso até à Assembleia da República, no dia 22 de Março, de um movimento convergente de todas as expressões do movimento estudantil e associativo a nível nacional, e a mobilização de todos os estudantes, de maneira a evidenciar à tutela as reivindicações e os problemas de hoje.
3. Que sejam reunidos todos os esforços ao alcance das estruturas académicas presentes para que cada estudante tenha condições de ir até Lisboa para participar nesta grande demonstração de descontentamento, face à importância histórica que é o 24 de Março.

 **Proponente**: AEFCSH

 **Endereçado a:** Associações Académicas, Associações de Estudantes, Federações Académicas presentes em sede de ENDA.